

Inserção do Brasil na Modernidade

Nelson Mello e Souza ✓
Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;
Membro da Academia Brasileira de Filosofia

I

O processo de inserção do Brasil, uma sociedade rural, escravocrata, monocultora, na modernidade industrial de massas, foi e teria de ser, historicamente retardado. Suas elites em todo o desenvolvimento do Império careciam de identidade definida, não tinham vocação para o trabalho físico e mercantil e seu projeto de destino era manter a unidade política da nação. A Primeira República pouco alterou. Produto da mesma cultura de ojeriza ao trabalho e valorização estética da oratória, sua apologia simbólica do novo, com hinos e bandeiras, foi na verdade a autoafirmação do velho. Herdou o fim da escravidão formal para mantê-la pela servidão dos dependentes do poder, sem emprego e perspectiva.

Graça Aranha nos dá um quadro dramático da situação. No seu *Canãã*, de 1902, nos descreve a dupla alienação que dominava nossas

elites: a dos antigos escravocratas falidos e a do Governo que nada fazia pelos ex-escravos. Relata o tratamento diferencial dado a colonos alemães, brancos, e a forma como tratava os negros libertos e os mestiços pobres. A primeira forma de alienação é sublinhada na descrição da ociosidade das elites, da falta de energia e criatividade, entregues a uma situação que podia ser mudada como os colonos alemães o estavam fazendo, tornando o Brasil um verdadeiro *Canaã*. Ao invés disto, o dono da fazenda decadente, antigo escravocrata, é um símbolo da vida sem esperança da velha elite cafeicultora que, ao perder seus escravos, sentiu-se perdida em tudo. Mas o que mais nos importa é a descrição da segunda alienação, a do Governo, no retrato traçado da vida dos ex-escravos libertos. Eles se queixam do abandono, da posição de descaso, do lavar as mãos do Governo, como se por decretar a abolição já tivesse feito muito. Um dos pobres mestiços afirma: “tudo aqui é estrangeiro, Governo não faz nada por brasileiro, só pune por alemão”. Isto é, terras e apoio são negadas a brasileiros ex-escravos que querem trabalhar. Faltando-lhes tudo, perambulam pelos matos, vivendo como podem, sem rumo e sem pouso, ou alugando miseravelmente sua força de trabalho e sua lealdade política aos coronéis que ainda persistiam no regime da monocultura. Considerando esses valores dominantes é possível perceber que a forma em que o Brasil finalmente logra ingressar na Era Moderna, teria de ser peculiar como o foi.

II

Primeiramente vamos esclarecer a terminologia. O que se convencionou chamar “modernidade” envolve densa nebulosa interpretativa. Não há consenso. As definições se confundem com muitos recuando à Renascença. Hoje em dia é relativamente comum dar sua

superação como certa. Fala-se de “pós-moderno”, “pós-industrial”, “pós-civilizatório”, “pós-cristão” e muitos outros “pós”. Não é surpresa que o leitor comum se desoriente. Acima de tudo pelo uso de três termos geminados como se fossem sinônimos: “modernidade”, “modernismo” e “modernização”.

Tentemos esclarecer a confusão. Em síntese pode-se dizer que por “modernidade” entendemos o surgimento de uma nova Era na história humana, a Industrial de Massas. Ela define o salto do Ser quando tudo passa a se organizar, tanto econômica quanto social e culturalmente, sob o impacto da racionalidade científica dominante e da velocidade transformativa da vida com os novos inventos e a tecnologia em aceleração inovadora. Nunca foi assim na história.

A produção da riqueza sempre fora regida por um sistema cuja base era o cultivo da terra sob o comando de coesa elite de poder. Sistemas específicos de convivência foram secularmente adequados a este sistema de baixa renda, geograficamente disperso.

Em cerca de meio século, de fins do século XVIII a meados do século XIX foi tomando corpo um novo estilo de articulação social e sistemas de trabalho impostos por um esquema produtivo novo, baseado no uso crescente da energia mecânica. Tudo se orienta e cada vez mais, para a união entre ciência e capitalismo, com vistas à produção em massa de novos bens. Os centros produtivos são geograficamente concentrados, para o aproveitamento das economias externas, atraindo mão de obra do interior rural e gerando aglomerados urbanos, alguns de dimensões gigantescas.

Olhando a distribuição demográfica que perdurou por séculos, vemos que cerca de 80% da população vivia nos campos, usando para mover a máquina produtiva a energia humana e animal. E isso

até meados do século XVIII. Vida rude. Surtos periódicos de fome, não se aprofundando a crise social porque tudo parecia um decreto do destino e a sociedade se protegia pela forte coesão religiosa e a benção de uma gigantesca e compacta ignorância da massa humilde dominada por visão fatalista da vida.

Com a nova Era Industrial, em pouco mais de dois séculos, profundas alterações ocorreram. Nos polos mais desenvolvidos, hoje, vivem nos campos, em torno de 15% da população total. Nos Estados Unidos não mais de 6%. No Brasil os dados mais recentes indicam que a população rural não ultrapassa 25% do total. A urbanização acelerada tornou-se o fenômeno dominante. Tudo se alterou. Formas de produção, costumes, falas, relacionamentos, competição, trabalho e diversão, com o anonimato das grandes multidões solitárias dominando o cenário social. Essa “grande transformação” foi liderada pelo Ocidente, cultura a qual pertence o Brasil. Gerou o aumento exponencial da renda, devido ao incremento veloz da ciência e da tecnologia, tendo como tecido social não mais a rigidez dos antigos estamentos, senão a extrema fluidez das classes, sistema adequado para a acelerada mobilidade social que a caracteriza.

Há muito a falar sobre isto, mas não é o nosso tema. Para os fins propostos basta o simples esclarecimento de ser a “modernidade” uma nova Era na história milenar da humanidade. Não há nenhum “pós”. Estamos todos inseridos, e cada vez mais, devido à globalização do sistema, em um dramático “ainda”, submetidos à vertigem de suas transformações inevitáveis.

A outra palavra é “modernização”. Trata-se de um “processo” inerente à vida social. Não é exclusivo de nenhuma sociedade. Todas se modernizam desde a pré-história. A “modernização” é o fio que

tece o manto do processo civilizatório. Assim a define Alfred Weber. Unifica tecnicamente as diversas economias pela difusão e assimilação cultural. Por ela passamos das cavernas às grandes metrópoles de hoje, movidos por sua dialética própria.

Descobertas, desafios a serem respondidos, acasos, invenções, em um jogo de intrincada interdependência, impõem um eterno vir a ser em nossa condição existencial. Não é nenhuma “nova Era”. Faz parte de todas elas. Nem surgiu devido ao ritmo de uma única cultura. Ao contrário. Sendo um processo, é a marca do humano. Mesmo as Otamente paralisadas sem suas rotinas, hábitos e convenções, metidas no atraso das matas africanas, nas do Brasil e de Borneo, não surgiram para a vida como as vemos hoje. Todas têm séculos, talvez milênios de duração e evoluíram a partir da assimilação cultural de inovações, aproveitando, pela difusão, o que surgia de útil em outras sociedades tribais. Pode-se mencionar o uso do fogo de que todas acabaram se valendo e o arco e a flecha para caça e defesa, encontrados em todas elas para mencionar apenas duas inovações absorvidas. Ao fazê-lo se modernizaram alterando antigas formas de vida. O arco e a flecha afastaram o caçador neolítico dos riscos inerentes ao perigoso embate à curta distância com o animal a ser caçado. Aumentaram a segurança e a produtividade da caça. Estimularam novas especializações.

Concluimos afirmando que todas as sociedades, embora em ritmos completamente desiguais, não param jamais de modernizar-se. As que não o fazem, devido a crises não solucionadas, estacionam, decaem, desagregam.

“Modernismo” é nosso terceiro conceito. Trata-se de fenômeno sociopsicológico que se vai gerando pela diferença de perspectiva quanto aos significados do processo modernizante. Sente-se o presente não

como sequência, mas como ruptura com o passado. Pouco a pouco ganha espaço real na consciência coletiva. Percebe-se que nada é mais como era. De modo geral esta inflexão parte de vanguardas artísticas ou intelectuais. A elas cabe o início do processo que marca o rompimento com o antigo, propondo novas formas de ser, sentir, avaliar e pensar.

Notemos não ser nada comum. Na evolução da história as sociedades se modernizam sem nenhuma consciência de o fazer. Em longos períodos de sereno desenvolvimento transformativo as mentes seguem a mesma direção, exibindo o mesmo sistema de pensamento e vendo o presente como simples continuação lógica do encadeamento das gerações. É conhecida a observação de Bernardo de Chartres, no século XII, ao afirmar que sua época vê mais longe, isto é, agrega novos conhecimentos, hábitos e valores, porque nela “somos anões em ombros de gigantes”. Nessa assertiva está sublinhado o débito com os antigos e a continuidade do presente, jamais a ruptura súbita do processo. O Abade Surer propôs a arte gótica, mas nada falou sobre o “modernismo” de sua extraordinária inovação. Ela alteraria as formas e concepções da arte, mas o genial Abade a entendeu apenas como modesta contribuição expressiva para reforçar o sentimento religioso comum. Exemplo mais claro ainda é o do Islã. Surgiu de ruptura religiosa e política súbita, acima de tudo radical com o passado, estimulou uma nova cultura artística, científica e filosófica, a mais avançada dos tempos, mas jamais foi entendido, pela consciência de seus agentes, como “modernice” ou “modernismo”. Ao contrário, era o encontro com as verdades eternas, soterradas pelo tempo e agora reveladas pelo profeta.

Por outro lado, bem diversa foi a concepção de poetas como Guido Cavalcanti e Guido Guinizelli, amigos e colegas de Dante. Especialmente Guinizelli. Era a consciência do novo que propunham em

pleno século XIII. Com Dante, em sua *Vita Nuova* defenderam o abandono do latim e a escrita em vernáculo. Era um rompimento. Batizaram-no de *Stil Nuovo* e seus sonetos de amor tornaram-se exemplos dele. Todos escritos em italiano. Petrarca talvez tenha sido influenciado por ambos em suas novas propostas estéticas. Por isso denominou a Idade Média como “Idade das Trevas”, saudando seu desaparecimento como um rompimento pela força do “novo” que surgia. Bem mais adiante, na chamada “Renascença”, a consciência do novo surge de corpo inteiro na ciência e na arte. Era uma nova visão do mundo, estimulando avanços rápidos em todas as dimensões do saber humano.

Talvez seja pertinente denominar esses momentos como momentos “modernistas” no processo evolutivo do Ocidente. A clivagem se torna clara quando analisamos o clima gerado pela conhecida “querela entre antigos e modernos”, fenômeno que dominou a intelectualidade ocidental, especialmente a francesa, em parte do século XVII.

O modernismo brasileiro encaixa-se nesse mesmo padrão de plena consciência do valor do novo tratando o passado com desprezo.

III

Fixada a diferença, podemos seguir com nossa proposta, tentando definir a forma e precisar o tempo em que o Brasil agrário inicia sua integração na “Era da Modernidade”, assimilando o estilo produtivo e de vida do industrialismo de massa. O Brasil urbaniza-se progressivamente, mudando a configuração tanto de sua estrutura social quanto da produtiva. Pode-se indicar tentativamente que seu preâmbulo foi escrito pelas crises dos anos 1920 e 1930 do século passado e sua

consolidação, mesmo que de forma canhestra e deficiente, pode ser fixada nos anos que se seguiram ao pós-Segunda Guerra Mundial.

“Modernizando-se” o Brasil já vinha. Desde os tempos de Gomes Freire e Lavradio. Acelerado pela vinda da Corte ganhou, no Império, certo toque decisório consciente. O fato “não representou” a inserção do Brasil na modernidade. Continuávamos obedientes à lógica colonial da monocultura que já durava séculos. Logrando fixar o centro de valores em torno do qual se movem e se articulam ações, pensamentos e reações, é possível entender porque perdemos tanto tempo em uma época em que nenhuma sociedade poderia perder tempo algum.

A história do Brasil no século XIX, o século da grande arrancada do Ocidente, deve ser vista dentro deste contexto. Contornar a tendência ao autocentrismo, isolando os fatos da vida mundial que flui a seu redor, parece a forma mais correta de concebê-la. Trata-se de posição comparativa na qual se logra incorporar a sociologia e a antropologia. Gera nova forma de ver e interpretar o que nos aconteceu. Esta “nova História”, bem o sabemos, parece haver surgido de forma independente e coetânea na França e Inglaterra, com Lucien Febvre e Arnold Toynbee. Alguns seguidores usaram a noção de contexto para alargar o espaço interno de suas observações. Propuseram a chamada *História da vida privada*. Trata-se de riquíssima perspectiva que nos ajuda a captar a dinâmica da existência nacional em uma determinada época. Mas não trabalha dentro da amplitude relacional que encontramos, por exemplo, no trabalho dialético de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Philippe II*. O embrião na verdade já vinha desde Voltaire, com o seu *O século de Luis XIV*, sem dúvida uma história contextual neste sentido do termo. É o ponto de vista que Goethe defende para justificar sua convicção de ser

necessário reescrever a história de tempos em tempos, não devido a novos fatos, mas a novas perspectivas geracionais.

Em nosso caso, o que se propõe é captar os valores que afinal levaram o Brasil a negligenciar, como alheio a ele e a sua vida, o que se passava no mundo do século XIX e por isto negar-se a acompanhar o modelo industrial que surgia.

Para isto torna-se importante seguir a trilha decisória de nossas elites. Acima de tudo nela perceber a força do já antigo complexo de inferioridade colonial, assimilando posturas alienadas, porque descrentes de seu valor se comparado ao do europeu. Notemos que quem desconfia de si mesmo e pretende ser outro, está propenso a decidir errado. E quem pretende ser outro não está satisfeito com o que é. As elites do Império e da República Velha sucumbiram a esse sentimento. As vozes de protesto e denúncia vieram tarde e assim mesmo complicadas por ideologias que não abandonavam a certeza de uma inferioridade fatal. Caso de Sylvio Romero que denunciava nossa literatura como imitação de modelos estrangeiros e nos condenava por isto, mas não abandonava sua concepção racista para explicar a inferioridade do Brasil. Caso de Euclides da Cunha protestando raivoso contra nossa propensão a aceitar mimeticamente os modismos que nos chegavam da Europa a bordo de transatlânticos, mas igualmente cedia a força dos argumentos racistas. O comportamento imitativo de quem não acredita em si mesmo é criticado e registrado nos trabalhos de João Cruz Costa e Brito Broca, onde se define o sentimento denominado de “parisismo”, ou imitação artificial da França. Revelam ambos os pensamentos, modas aceitas e modos de ser desvinculados de nossas realidades geográficas e sociais. Posições que indicavam serem a marca de nossas elites. O que tentávamos era parecer civilizados e quanto mais o fazíamos mais estimulávamos o que Gilberto Freyre, no seu

Interpretação do Brasil veio a chamar de “furor imitativo”. Segundo ele a mania de consumir o que os estrangeiros consumiam chegou ao exagero de importar agasalhos de inverno, peles quentíssimas, aquecedores de quarto e, pasmem os senhores, patins de gelo! O Brasil era bom mercado para casimiras grossas e botas de lã. Nossos valores nos afastavam de nós mesmos. Nossa elite queria ser francesa ou inglesa e nosso “povão” ignorante não queria ser coisa alguma. Admitíamos ser inferiores pela imposição de certos determinismos, como uma geografia cruel, uma colonização asfixiante ou, a versão mais aceita, sermos uma raça inferior. Talvez por isto nenhum Governo tentou sequer a formulação de uma política industrial.

Alternativas foram propostas por algumas figuras isoladas. Por um Cunha Matos, um Alves Branco, um Senador Vergueiro, um empresário como Mauá, bem como Rui Barbosa quando já na República tentou uma política consistente de industrialização. Não lograram resposta favorável. O caso de Rui foi curioso. Confuso e atrapalhado pela ausência de realismo e conhecimentos próprios sua ação resultou no aumento do perfil especulativo de nossa elite, toda ela indiferente a qualquer projeto de Brasil. Mais adiante, com o Governo Afonso Pena e seu grupo formado pelos jovens David Campista, Carlos Peixoto liderados por João Pinheiro parecia que romperíamos, afinal, o ciclo da inação. A morte prematura tanto de Afonso Pena quanto principalmente a do candidato natural a sua sucessão, João Pinheiro, eliminaram essa possibilidade. Foi o golpe que o destino nos deu. A República continuou incólume em sua base econômica, a mesma do Império, seguindo os interesses da monocultura, sujeita a ação de caudilhos conservadores inteiramente fora do que se passava no mundo, como o foi no período, Pinheiro Machado.

Não obstante o progresso seguia o seu rumo. Imigrantes chegavam por aqui com novas atitudes e ideias, como Lundgren, Herring e Matarazzo. Os anarquistas espanhóis e italianos agitavam a política. A partir da Primeira Guerra, com a dificuldade crescente para manter as importações, seguida pela crise de 29 demolindo o preço do café e gerando os tumultuados anos 1930, só então, a consciência industrial logrou encorpar-se. Não obstante, tudo foi feito dentro do molde traçado por nossos valores e nosso complexo de inferioridade. Por isso o modelo adotado foi o “substitutivo de importações” sem nenhuma preocupação em se estimular a criatividade assimilativa negligenciando a relação “capitalismo inovador - educação científica”. Não nos considerávamos capazes de dar este salto. Por isso preferimos seguir nos associando a capitais externos, ou pagando *royalties* para produzir, trazendo para cá máquinas já depreciadas. Essa forma de inserção na modernidade nos colocou em visível desvantagem. Afinal nada criávamos. Apenas reproduzíamos aqui, sob licença de produção, o que se fazia lá fora. A desconfiança em nossa inferioridade criativa era tanta que ainda nos anos 1950, os anos do nacionalismo enfurecido, ainda seguíamos com alguns de nossos maiores economistas defendendo a transferência de tecnologia e associação de capitais, para manter uma indústria que não tínhamos capacidade de conduzir devido a nosso despreparo técnico e científico. Basicamente teríamos de seguir no compasso de nossa “vocação agrícola”.

Esses valores explicam porque as respostas brasileiras ao novo que surgia tardaram tanto. E por que ao chegarem finalmente, foram distorcidas pela submissão à tecnologia estrangeira, sem assimilação nacional.

Essas respostas foram bem diferentes das que se podem notar em contextos mais ou menos similares.

IV

Destaquemos alguns fatos. O Império foi a forma política através da qual o Brasil se organizou, entrando pelo século XIX adentro. Poderia ter sido outra, uma espécie de República federativa como nos mostra Evaldo Cabral de Melo no seu conhecido *A outra independência* ao tratar das revoluções em Pernambuco de 1817 a 1824. Não o foi. Tampouco seguiu a linha traçada pela intenção modernizante de D. João VI. O Império legitimou a estruturação monocultora, escravocrata da economia. Foi sendo formado um conjunto de valores que obedecia à dinâmica do sistema. O conceito de estadista sofreu distorções. Tornou-se mais inclinado a posturas retóricas, a ações de superfície, já que no fundo nada se podia mudar. A preocupação dominante era manter o mesmo por meio de mudanças cosméticas de superestrutura política e dinâmica eleitoral, o que se tentava era “parecer civilizado”. O talento de um grande estadista era medido pela astúcia nas manobras, conciliações e acordos, além, evidentemente, de sua capacidade oratória. Historiadores competentes do Império e de seus maiores homens como Otávio Tarquínio de Souza e Joaquim Nabuco nos mostram, aparentemente aprovando, como era dominante esse conceito de estadista. Assim como Afonso Arinos nos revela, no seu *Estadista da República*, que o modelo seguia vigente e forte em plena República. Alberto Venâncio Filho em seu trabalho recente *Ideias republicanas* acumula, exemplos da continuação no tempo desta precária noção de estadista.

Embora o Brasil fosse constituído de grandes massas vivendo perdidas, analfabetas e sujas, sem destino definido, no imenso interior e nas agruras do sertão, entregues ao discricionário poder dos clãs rurais, sem emprego que não fosse pelas mãos dos coronéis, nossos estadistas preferiam admirar o talento de oratória e a capacidade de articulação dos interesses dominantes.

Notemos, todos eles eram decididamente a favor da modernização do País. Desde que absorvesse estilos civilizados na superfície da vida. O que jamais pensaram foi na forma mais efetiva de nos inserir na modernidade. Sob essa perspectiva seguiam de perto as inovações que apareciam na Europa. E as transplantavam. O Império construiu umas poucas ferrovias, instalou o telégrafo, mais adiante o telefone, adotou a máquina fotográfica até nas fazendas do interior, instalou a iluminação a gás, organizou sua vida social em torno de salões similares aos de Paris, seguindo suas modas e algumas ideias. A República estimulou a modernização de cidades, transformando, com Pereira Passos e Oswaldo Cruz o Rio de Janeiro em cidade renovada e relativamente saneada. Jamais, no entanto estiveram os dois regimes políticos perto de dar os passos necessários para fazer o País ingressar na modernidade que vinha tomando conta do século XIX e inícios do século XX, alterando dramaticamente as formas de vida. A nossa chamada “*belle époque tropical*” jamais passou de uma cópia malfeita por parte de pequena elite alienada bailando e conversando indiferentes ao lodaçal da miséria coletiva que a cercava por todos os lados. Viviam em mundo próprio, preocupados em ostentações, em falar corretamente o francês, em exhibir nas reuniões elegantes os símbolos de seus títulos honoríficos, de costas voltadas para o Brasil profundo.

O contraste torna-se dramático quando comparamos essa forma de modernização com o processo ocorrido na sociedade norte-americana. Essa comparação já nos vem, bem clara, na obra de Tavares Bastos. Embora prejudicada pela certeza de nossa “vocaçã agrária” que tomara conta do imaginário nacional, algo de inconformista pode se sentir nesse autor de meados do século XIX.

Havia razão no apelo comparativo. Se entendermos a vinda da Corte como o início de nossa independência, podemos admitir que nessa

época não divergíamos muito do que ocorria nos Estados Unidos. Nossa massa geográfica era até maior que a das 13 colônias do norte, espremidas por cadeias de montanhas, entre os Apalaches, e o Atlântico. Ambas eram sociedades escravocratas e tinham como base a produção agrícola. Em princípios do século XIX a grande colônia inglesa do norte estava, sem dúvida em condições similares às do Brasil. Cerca de três milhões de habitantes com uma economia rural, escravocrata e monocultora.

Em outras palavras, tendo uma arrancada histórica com início similar, uma abriu caminhos novos, projetou-se no horizonte do progresso material, criou centros de inovação científica e tecnológica, a outra permaneceu no mesmo.

A resultante é triste para nós. Se olharmos para os dois gigantes meio século depois, vemos o Brasil com cerca de 14 milhões, paralisado na monocultura escravocrata e os Estados Unidos com cerca de 40 milhões, interligado de ferrovias, incentivando imigração maciça, investindo no mercado interno e plenamente integrado na modernidade. O regime escravo se reduzia aos estados atrasados do Sul, enquanto no Norte um tremendo parque industrial inovador e enérgico, os fazia assumir a liderança do processo e desafiar o lugar da Inglaterra como primeira nação industrial do mundo. Mais 30 anos, já ao fim do Império, a distância entre os dois havia aberto uma fossa histórica quase impossível de ser transposta.

Em resumo, eles foram e nós ficamos.

Pode-se explicar o fenômeno e muitos autores o fazem, Vianna Moog, por exemplo, com as profundas diferenças culturais e de formação colonial. Esses fenômenos reais teriam impedido a colônia portuguesa do Sul, de criar universidades, formar uma elite de qualidade,

dar valor ao trabalho e energia às ações. Não obstante, à luz do que ocorreu de fato, com a independência americana sendo liderada, como a nossa também o foi, por grandes latifundiários do algodão e tabaco, senhores de escravos, como Washington, Jefferson, George Mason e outros, parece complicado reduzir tudo ao processo colonial. Trata-se de evidente transferência de culpas. Não parece uma análise correta de nossos valores e processos de decisão. Inclusive porque havia outros elementos que corriam a nosso favor e contra eles. Os americanos enfrentaram guerra difícil e sangrenta contra a maior potência do mundo de então, potência que também os sufocava com impostos e limitações produtivas para garantir o fluxo comercial favorável, enquanto por aqui enfrentávamos um Portugal mofino e debilitado pelas invasões francesas.

Por tudo isso, sugiro que alguma atenção terá de ser dada aos valores e de como os estadistas brasileiros reagiam aos desafios dos tempos. Por lá as elites políticas demonstraram coesa visão de destino. Entre nós nem sequer foi cogitada semelhante equação histórica. Daí entender a decisão dos americanos de adquirir os imensos territórios do Centro-Oeste, à França, em meio ao tumulto da guerra, enfrentando as dificuldades financeiras e organizativas da nova nação. Pois foi o que fizeram no ano de 1805. Compraram por cerca de um milhão de esterlinos ouro as “Terras de Luis” o rei da França, ou “Luisiânia”, terras imensas, que ligavam o Canadá ao Golfo do México, com o objetivo já traçado de chegar ao Pacífico! Isso em 1805, bem antes de estar legitimada a independência pela teimosa reação inglesa. Foi simplesmente um ato decisório relacionado com a visão de destino de suas elites. O fato parece reforçar nossa tese de que a capacidade e a qualidade decisória do estadista não podem ser negligenciadas nem entendidas como irrelevantes e submissas à chamada “força das circunstâncias”. São muitos os casos em que nós fazemos nossas próprias circunstâncias.

Mais visível ainda se torna o fenômeno quando comparamos o Império de Pedro II, dos Paraná, dos Zacarias de Goes e de Bernardo Vasconcelos, com o Japão, onde a “força das circunstâncias” eram dramaticamente contrárias a qualquer inversão modernizante. Dominadas pelas práticas da vida secular e dos costumes ancestrais, como nossa elite de esplendor também o era, abominavam o trabalho manual e o lucro mercantil. Sociedade dividida há séculos entre clãs belicosos, formada pelo ritual elitista e a cultura guerreira dos *daimyo*, desprezava os valores do capitalismo. Não obstante, ante o desafio dos anos 1850, em seu confronto com a tecnologia superior do Ocidente, elites de vanguarda do Japão decidiram mudar completamente o seu destino. Centralizaram o poder a partir da Restauração Meiji, em 1866 abolindo o *shogunato Togugawa* e iniciando o processo industrial. Nesse mesmo ano o Brasil, concluía a difícil, alongada e penosa guerra contra o “temido e poderoso” Paraguai sem perceber que a causa de tanto sacrifício fora sua tecnologia militar defasada, para não dizer inexistente. A resposta às duas crises foi completamente diferente.

A partir da reviravolta política dos anos 1860, em 20 anos o Japão ingressaria na modernidade industrial e virava o século como potência respeitada, capaz de vencer a esquadra russa, devido a navios de guerra melhor construídos e armados. Pior que nós, sendo um país sem recursos naturais, uma espécie de grande ilha vulcânica, industrializou-se com base na aquisição de matéria-prima importada, tecnologia inicialmente transferida pela importação de capitais na compra de peças e máquinas, mas decididamente assimilada por uma elite jovem de engenheiros e matemáticos, físicos e químicos, enviada à Europa para lá estudarem essas ciências decisivas. De modo paralelo, criaram suas grandes universidades e colégios politécnicos. Usaram a transferência de tecnologia como degrau em sua escalada de progresso.

Fiquemos com estes dois. Não alonguemos as comparações. Também poderíamos mencionar o acontecido com a colônia penal inglesa, a Austrália, povoada por desterrados e delinquentes, demograficamente rala, metida em um espaço geográfico que a deslocava das rotas de comércio, hoje um dos mais ricos e técnicos países do mundo. A Austrália revelou como o processo decisório, bem apoiado em valores de autoconfiança e visão de futuro, mesmo ainda como colônia, pode ser orientado para aproveitar eventos favoráveis. No caso foi a descoberta do ouro. Mais nítido ainda foi o que ocorreu com a recente Coreia, dividida e carente de matérias-primas, hoje uma das líderes no registro de novas patentes, deslocando a indústria automobilística e eletrônica japonesa de alguns de seus mercados tradicionais. Para não mencionarmos a China que no século XIX era entendida e citada como exemplo de estagnação e paralisia histórica para um século depois surgir entre os líderes da modernidade industrial de massas. Os atos decisórios de sua elite modernizante a fizeram, em pouco tempo, rivalizar em poder econômico e tecnológico com os Estados Unidos.

Sabemos todos que desde a vinda da Corte, em princípios do século XIX, começam as primeiras preocupações com o processo modernizador do Brasil. D. João VI trouxe com ele o embrião. As modas e os modos, os livros da biblioteca real, a difusão do amor pela ópera e a música clássica, construiu teatros, fundou a imprensa, abriu os portos a todas as nações quebrando o monopólio português no comércio marítimo, favoreceu as primeiras noções de experimentação prática com o Jardim Botânico, trouxe artistas franceses, arquitetos, ourives, ferreiros, alfaiates, operários especializados, sintetizando uma nova atmosfera de rompimento com a clausura internacional do Brasil.

A despeito dos conselhos agrários de Cairu, entendeu como vital incentivar a indústria. É só ver o alvará de 1^a de abril de 1808, reforçado pelo

de 28 de abril de 1809 propostos por seus ministros principais. Com eles incentivava investimentos industriais. Pouco adiante o Intendente Câmara e o próprio Varnhagen, pai de nosso historiador, tentaram a implantação da siderurgia seguindo trilhas abertas desde a colônia primitiva porque já no século XVII surgiram pequenas siderurgias, indústrias de ferradura, de anzóis, de roupas, de construção e desde Tomé de Souza tentávamos nossos primeiros estaleiros rudimentares.

Havia talento, vocação e matéria-prima. O que nunca houve foi “decisão”. Faltou coerência. Os referidos alvarás tinham alcance significativo porque ampliavam o estímulo para além das isenções fiscais à importação de equipamentos; previam a utilização de artigos têxteis nacionais para o fardamento das tropas; isenção fiscal para exportação de manufaturas e privilégios, por 14 anos, aos introdutores e inventores de novas máquinas. Previam até uma loteria para canalizar a poupança na direção do crédito.

Não faltou visão aos estadistas de D. João VI. Faltou poder. A pressão inglesa demoliu todo o projeto. Pressão à qual um regime dependente da proteção e dos créditos ingleses como aquele não podia resistir. Mas devemos sublinhar o respeito à ideologia do progresso que todo esse esforço revela.

No caso do Brasil não seria nenhum exagero afirmar que a vinda da Corte representou o primeiro impacto modernizante. E a primeira motivação para a mudança dos valores.

Essa intensidade não foi aproveitada pelos estadistas do Império. Destarte, não teve ressonância prática.

O fato não alterou o comportamento das elites de esplendor, a estrutura, os valores dominantes que marcavam o ideário dos senhores do

poder, muito menos o comportamento da massa ignorante e miserável que vivia segregada pela distância, metida nos matos, pelas lonjuras do sertão ou ralmente concentrada nos pequenos vilarejos do interior.

Se tivéssemos aproveitado pelo menos algo da herança deixada por D. João VI, o Brasil poderia ter iniciado o caminhar definitivo na direção de sua modernização progressiva porque a influência inglesa já não tinha o mesmo poder e limitava-se praticamente, a perseguir o tráfico negreiro. No parlamento dos anos 1820 e 1830 defesas da industrialização como as de Cunha Matos, por exemplo, apresentadas como única forma de se escapar da neocolonização, constam dos *Anais*.

Não houve apoio. A Mauá foi concedido um título honorífico, embora o mais baixo na hierarquia da nobreza do Império, o de Barão, para compensar o descaso com que o Imperador tratava suas iniciativas. Uma espécie de “cala a boca”. Seguimos a cadência de nossa complicada omissão histórica, centrados em nós mesmos, presos a mesquinhas, como crises e quedas de Gabinetes por motivos fúteis.

O Ministério de 1844 caiu em 20 de janeiro, porque Sua Majestade não anuiu na demissão de um inspetor da Alfândega ligado a Aureliano Coutinho, inimigo político de ministros do Gabinete; pleitos municipais eram causa de conflitos armados, as famílias odiavam-se sem saber porquê, já que a origem de tudo se perdera na memória dos tempos. E ninguém pode se assombrar se a causa de tanto ódio e tanta guerra entre os clãs do interior tenha sido a disputa por alguma cabra vadia, invasora do terreno de um vizinho que não a quis devolver.

Nos grandes debates parlamentares horas intermináveis eram gastas a discutir violências de algum delegado longínquo, vinculado ao partido oposto, ou à remoção de algum juiz municipal também por razões políticas.

Pode-se argumentar que cada sociedade é produto de sua cultura, mas é difícil justificar tamanha diferença de destinos. Repetindo teses de um livro irônico, de ficção econômica, do companheiro João Paulo Almeida Magalhães, parece importante indagar sobre a extensão de nosso processo alienatório para responder “por que o Brasil não deu certo” e não logrou acompanhar a velocidade dos tempos.

É verdade que hoje, na virada do século XXI, já estamos plenamente inseridos no fluxo da vida moderna, com indústria robusta e diversificada, um agronegócio inovador e dinâmico, alguns centros dedicados à pesquisa científica e à inovação tecnológica. Mas é igualmente correto indicar os efeitos da herança legada. Estamos mal situados na escala internacional dos índices de desenvolvimento humano, temos sérios desequilíbrios na distribuição da renda e ainda nos debatemos com um processo educativo, de cidadania e de ética pública defasado e carente de seriedade respeitosa. Somos carentes de saneamento básico e de malha de transportes adequada. Principalmente temos renda *per capita* muito menor que a de algumas ex- colônias europeias. Na verdade, estamos bem distanciados, em termos de processo inovador, de sociedades cuja cultura inicial era totalmente infensa ao desenvolvimento científico e capitalista.

O caso brasileiro, portanto, requer especial meditação, porque nele vemos uma sociedade pertencente ao Ocidente, já dona de seu destino por mais de 100 anos, revelar um progresso industrial píffio. Nosso processo de inserção na modernidade industrial sequer foi iniciado até quase meados do século XX. E quando o foi, dentro do modelo anteriormente referido, o da substituição de importações, sem a necessária assimilação da tecnologia produtiva, nos situou no grupo que, no imediato pós-guerra, veio a ser denominado de países subdesenvolvidos.

V

Estamos cientes de que essas críticas provocam sérios desacordos. Porque o Império e especialmente Pedro II, são objeto de tratamento reverencial e laudatório. A imensa maioria de nossos mais competentes historiadores, como Otavio Tarquínio de Souza, Oliveira Lima, Pedro Calmon, recentemente o talentoso José Murilo de Carvalho e até mesmo Lília Scharcz para não falar no Amaral Gurgel que trata Pedro II como o “neto de Marco Aurélio”, são respeitosos, admiradores e até laudatórios da pompa, da dignidade, da seriedade, da dedicação ao Estado etc., que, ao ver de todos eles, caracterizava os estadistas que se mantinham longe do mundo industrial emergente. Nenhum deles indicou sequer a possibilidade de toda essa grandeza ter algo fora do lugar, porque afinal o Império foi o século XIX e o século XIX foi o da grande transformação que ele não soube acompanhar. Nenhum desses estudos insere o Brasil no mundo. Preferem analisá-lo como realidade própria, à parte e isolada do contexto.

A verdade nos gritava em desespero. Não a ouvíamos. Enquanto nos preocupávamos com estreias parlamentares de oradores cintilantes e demissões de funcionários, por lá, pelo mundo em torno, tudo se envolvia em uma vertiginosa transformação.

Na verdade a história do espírito científico no Ocidente recua até os fins da chamada Idade Média. O século XIX, portanto, herdou longa tradição. Mas seus estadistas, empresários, intelectuais e artistas não foram “anões em ombros de gigantes”. Foram criativos, imaginadores e abriram amplas fronteiras para esse espírito. Criaram um novo paradigma e uma nova Era, a Era da Indústria. Por ser esse o século nervoso que define os destinos do Ocidente sendo, ao mesmo tempo o século do Império brasileiro, julgamos oportuno chamar a atenção

para o fato de não ser conveniente estudar o Brasil sem relação com o “todo” da cultura ocidental ao qual sempre pertenceu.

O grande objetivo do século, Voltaire já o havia antecipado em carta conhecida a Mme. de Châtelet, era lograr *science utile*. Alguns exemplos podem ser suficientes. A descoberta de Ampère e Faraday do eletromagnetismo, cujo início gira em torno de 1819, inspiraram ideias e investimentos que levaram à telegrafia mais adiante; Wöhler nos produz a primeira experiência objetiva no preparo de componentes orgânicos, estimulando sínteses químicas que foram as bases da nova e revolucionária indústria da anilina descoberta por Perkin em 1856; Leblanc descobre como se faz carbonato de soda do sal estimulando empresários a financiar os avanços possíveis à sua teoria, culminando no vigoroso desenvolvimento da indústria de ácido sulfúrico; Liebig produz o resultado de seus experimentos em fertilizantes químicos o que abre novas fronteiras para investimentos orientados para o desenvolvimento agrícola; Simpson aproveitou as pesquisas de Liebig para usar o clorofórmio como anestésico em 1852. A indústria médica investiu fortemente em sua produção. Em poucos anos a ciência tornou-se uma necessidade e os grandes empresários iniciaram a montagem de equipes em seus laboratório para melhorar a qualidade de seus investimentos. Ciência e capitalismo envolviam-se, um no outro, no mesmo campo de interesses práticos. Quando Elisha Otis, em 1854, inventa o elevador e o instala no New York Cristal Palace, o faz com apoio de empresários interessados no vertiginoso crescimento urbano, com forte concentração humana por metro quadrado. Pouco adiante o primeiro cabo telegráfico atravessa o Atlântico em 1858 e Charles Lyell demonstra em 1863 as evidências geológicas da antiguidade da Terra e do homem desmentindo a *Bíblia* e validando a ciência. A partir de 1865 o fenol é introduzido como desinfetante, produzido em grandes indústrias, reduzindo para 15% o percentual

de infecções na cirurgia. Novos sistemas acústicos são usados por Wallace Clem em 1868 na construção do Boston Sinphonic Hall iniciando extensa cadeia de investimentos; em 1870 o primeiro túnel ferroviário sob os Alpes encurta dramaticamente a distância do comércio intraeuropeu. São evidências de investimentos audaciosos na engenharia, no aperfeiçoamento do aço, na invenção e fabricação da dinamite, de novas máquinas capazes de perfurações antes insuspeitadas. Em 1876 a obra de Pasteur sobre a teoria dos germes revoluciona a medicina. Gottfried Daimler desenvolve o primeiro motor de combustão interna em 1883 e o aplica à uma indústria nova, a do automóvel em 1887, dando início a uma indústria gigantesca e a um produto que revolucionaria as comunicações. Ideias-chave eram propostas em todos os campos, mas o principal a destacar é o seu aproveitamento imediato pela indústria nascente.

O mundo que daí surgia nada tinha a ver com a inação do Brasil e as modernizações de superfície que importávamos, já prontas e produzidas pela indústria europeia. Não nos alonguemos. A tese está formulada. A inação, indiferença e distanciamento que os estadistas e intelectuais brasileiros demonstraram, especialmente nos anos que vão do fim das revoluções regenciais ao início da crise do café, em 1929, parecem suficientes para justificar nosso tardio e prejudicado ingresso na moderna sociedade industrial de massas.

Palestra pronunciada em 13 de novembro de 2012